



MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

MARCOS CATALAN

Coordenadores

**ENTRE RISCOS, DANOS
E CONTRATOS**
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
NAS RELAÇÕES PATRIMONIAIS



**Inteligência artificial
e relações privadas –
Relações patrimoniais:
entre o consumo, os
contratos e os danos.**

Vol. 3.
Fórum, 2023.

Área específica

DIREITO CIVIL

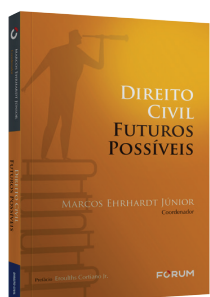


**Direito Civil e
tecnologia.**

2. ed. Tomo I.
Fórum, 2021.

Áreas afins

DIREITO E TECNOLOGIA.



**Direito Civil:
Futuros Possíveis.**

Fórum, 2021.

Palavras-chave

Direito Civil e Tecnologia. Novas Tecnologias.
Inteligência Artificial. Direito e Tecnologia.
IA e Direito. Responsabilidade Civil e tecnologia.
Contratos eletrônicos.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3512

E61

Entre riscos, danos e contratos: a inteligência artificial nas relações patrimoniais / Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2024.

318p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-837-0

ISBN digital 978-65-5518-835-6

1. Direito civil e tecnologia. 2. Novas tecnologias. 3. Inteligência artificial. 4. Direito e tecnologia. 5. IA e direito. 6. Responsabilidade civil e tecnologia. 7. Contratos eletrônicos. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Título.

CDD 342.085

CDU 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos (coord.). Entre riscos, danos e contratos: a inteligência artificial nas relações patrimoniais. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 318p. ISBN 978-65-5518-837-0.

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

MARCOS CATALAN

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Estágio pós-doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020-2021). *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Diretor do Brasilcon (2020-2021). Advogado parecerista.

SUMÁRIO

Apresentação

BREVÍSSIMAS NOTAS INTRODUTÓRIAS: ALGO RESTOU ESQUECIDO NA CAIXA DE PANDORA

Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Junior 11

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Izaac Duarte de Alencar, Marcos Ehrhardt Jr. 15

1	Introdução	15
1.1	Metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa	17
1.2	Limitações e dificuldades do estudo	18
2	Considerações iniciais acerca dos computadores digitais e inteligência artificial.....	19
3	Aspectos fundamentais sobre inteligência artificial	21
3.1	Do ambiente digital, dados e inteligência artificial.....	21
3.2	Dos dados, informação e inteligência	27
4	Responsabilidade civil e proteção de dados pessoais	33
4.1	Responsabilidade civil e relações jurídicas da IA no microsistema de proteção de dados pessoais.....	33
4.2	Responsabilidade civil em decisões e perfilamento automatizadas... 38	
5	Considerações finais	42
	Referências	43

GESTÃO DE ILÍCITOS LUCRATIVOS NA INTERNET: DELINEAMENTOS PARA A ADEQUADA SISTEMATIZAÇÃO DO “DISGORGEMENT ALGORÍTMICO”

Nelson Rosenvald, José Luiz de Moura Faleiros Júnior 47

1	Introdução	47
2	A acelerada evolução dos algoritmos e os novos contornos do “disgorgement”	48
3	Os limites e as possibilidades do enriquecimento na internet: contextos nos quais a responsabilização transcende o dano	50
4	O “disgorgement algorítmico” como instituto que não se confunde com a autotutela	58
5	Conclusão	67
	Referências	69

PERSONALIDADE JURÍDICA À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

José Henrique de Oliveira Couto, Arthur Pinheiro Basan 73

	Introdução	73
1	A razão da personalidade jurídica.....	77
2	Personalidade jurídica à inteligência artificial.....	78
3	Contrapondo argumentos de não atribuição de personalidade à inteligência artificial.....	83
	Considerações finais	85
	Referências	86

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONCESSÃO DE CRÉDITO

Geraldo Frazão de Aquino Júnior..... 89

1	Notas introdutórias.....	89
2	Inteligência artificial e decisões empresariais	92
3	Inteligência artificial e concessão de crédito	96
4	Notas conclusivas.....	105
	Referências	107

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AOS CONTRATOS DE SEGURO

Patrícia Corrêa Sanches	109
1 Notas introdutórias sobre inteligência artificial	109
2 A IA aplicada à teoria geral dos contratos	113
2.1 Teoria geral da nulidade contratual	116
3 Contratos de seguro e inteligência artificial.....	117
4 <i>Smart contracts</i> (contratos inteligentes)	122
5 Conclusão.....	123
Referências	126

O INADIMPLEMENTO POR VIOLAÇÃO POSITIVA NOS CONTRATOS INTELIGENTES (*SMART CONTRACTS*)

Cláudia Fialho	129
1 Introdução	129
2 Os contratos e o adimplemento das obrigações pactuadas	130
2.1 Contratos eletrônicos	132
3 Princípio da boa-fé objetiva	135
3.1 A função integrativa do princípio da boa-fé objetiva	138
3.2 O inadimplemento por violação positiva do contrato.....	139
4 Os contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>) e a tecnologia <i>blockchain</i> ...	143
4.1 Inadimplemento por violação positiva nos contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>).....	145
5 Conclusão.....	146
Referências	146

DIGITALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS

Gustavo Simões Pioto.....	149
1 Introdução	149
2 Serviços notariais e de registro.....	150
3 Digitalização dos serviços.....	152
3.1 Documentos digitais	154
3.2 Assinaturas digitais	156
3.3 e-Notariado	159
3.4 Central de Informações do Registro Civil (CRC)	160
3.5 Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto (CENPROT).....	162
3.6 Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR).....	163
4 Aplicação da inteligência artificial nos serviços notariais e de registro.....	164
5 Conclusão.....	165
Referências	166

O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS: POSSÍVEIS REPERCUSSÕES NA DEFERÊNCIA QUANTO ÀS ESCOLHAS DOS RESPONSÁVEIS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ricardo Schneider Rodrigues, Ana Carla Bliacheriene	169
1 Introdução	169
2 A inteligência artificial generativa aplicada ao controle de políticas públicas pelos tribunais de contas e a deferência	172
3 Considerações finais	180
Referências	181

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DEVER DE TRANSPARÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Ricardo Morishita Wada, Henrique Silveira Nogueira	183
1 Introdução.....	183

2	Desafios da inteligência artificial nas relações de consumo	185
3	O princípio da transparência no direito do consumidor e sua importância na aplicação dos casos de utilização da inteligência artificial	193
4	Considerações finais	199
	Referências	201

A INTERNET DAS COISAS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES: A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NÃO PODE SOBREPULAR OS DIREITOS BASILARES DOS DESTINATÁRIOS FINAIS QUANTO À PRIVACIDADE E AOS DADOS PESSOAIS

Joseane Suzart Lopes da Silva	205	
1	Introdução	205
2	A importância da internet das coisas diante das inovações propiciadas: conceito e consequências positivas para os consumidores.....	207
3	A internet das coisas no Brasil: o plano nacional previsto pelo Decreto Federal nº 9.854/2019 e os elementos essenciais para a conexão de objetos com a rede	209
4	O relatório da Internet Society e as observações sobre os impactos negativos que podem ser gerados pela IoT: as ameaças à privacidade dos consumidores usuários	211
4.1	A coleta desautorizada de dados dos usuários da internet das coisas e o desrespeito à vulnerabilidade dos consumidores	212
4.2	Os perigos apontados por Ziegeldorf, Morchon, Wehrle, Peppet e Ohm: o registro ilícito de informações sobre os usuários da internet das coisas.....	214
4.3	O imprescindível respeito aos princípios <i>privacy by design</i> e <i>by default</i> pelos agentes operadores da internet das coisas em prol da privacidade e dos dados pessoais dos usuários.....	216
5	A necessária proteção dos direitos dos consumidores usuários da internet das coisas no Brasil: a aplicação conjunta e sistemática da Constituição Federal, do Código de Defesa do Consumidor, do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	217
6	Conclusão.....	218
	Referências	219

RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR DANOS DECORRENTES DE FRAUDE A SEUS SISTEMAS DE SEGURANÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DECISÃO DO STJ NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL Nº 2.056.005/SE

André Luiz Arnt Ramos, Jhébica Ferreira dos Santos	223	
	Introdução	223
1	A decisão	224
2	Responsabilidade civil das instituições financeiras no contexto tecnológico: fortuito interno e fortuito externo	227
	Conclusão.....	237
	Referências	237

DETERMINISMO ALGORÍTMICO E DESINFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES ELETRÔNICAS DE CONSUMO: REFLEXÕES SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL

Janaina Vieira Homci, Dennis Verbicaro	239	
1	Introdução	239
2	Determinismo algorítmico nas relações eletrônicas de consumo	242
3	O princípio da neutralidade <i>versus</i> a caracterização do estado de danosidade informacional	244
4	Novas práticas abusivas nas relações eletrônicas de consumo: a opacidade e a desinformação como caracterizadoras da abusividade	248
5	O dano existencial em face do estado de danosidade informacional	250

6	Conclusão	252
	Referências	253

O PARADOXO DA FACILITAÇÃO TECNOLÓGICA: A EVOLUÇÃO DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE VULNERABILIDADE DO CIDADÃO-CONSUMIDOR

Gabriel Hamester	257	
1	Introdução	257
2	O paradoxo da facilitação tecnológica e a evolução digital como instrumento de vulnerabilidade do cidadão-consumidor	262
3	A plataformação da vida (virtual): compatibilização das gerações frente à evolução tecnológica.....	265
4	Conclusão	269
	Referências	270

POSSE DE BENS INCORPÓREOS: UMA POSSIBILIDADE?

Marcelo de Oliveira Milagres.....	273	
1	Considerações iniciais	273
2	Manifestações doutrinárias.....	275
3	Patrimônio e os bens incorpóreos.....	280
4	Conclusão	282
	Referências	283

EXPLORANDO TÉCNICAS DE MANIPULAÇÃO DIGITAL NO MERCADO DE CONSUMO: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO JURÍDICO DO *ASTROTURFING* E DAS FAZENDAS DE CLIQUE

Gabriela Buarque	285	
	Introdução	285
1	O campo digital e as estratégias de manipulação	286
2	O funcionamento das fazendas de cliques e do <i>astroturfing</i>	290
3	Do ato ilícito e da publicidade	301
	Considerações finais	310
	Referências	311

SOBRE OS AUTORES.....	315
-----------------------	-----

Ana Carla Bliacheriene

Professora de Direito da EACH/USP. Livre-docente em Direito Financeiro (USP). Mestre e Doutora em Direito (PUC-SP) Coordenadora do Grupo de Pesquisas SmartCitiesBr (USP). Advogada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5705-3950>. E-mail: acb@usp.br.

André Luiz Arnt Ramos

Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná, com experiência pós-doutoral concluída na mesma instituição. Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná e ao Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil. Cofundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Membro do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (Grupo Virada de Copérnico). Advogado.

Arthur Pinheiro Basan

Doutor em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduado em Direito Constitucional Aplicado da Faculdade Damásio. Especialista em Hipnose na Sociedade Brasileira de Hipnose (SBH). Professor Adjunto da Universidade de Rio Verde (UNIRV). Associado Titular do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). ORCID: orcid.org/0000-0002-0359-2625. E-mail: arthurbasan@hotmail.com.

Cláudia Fialho

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001), mestrado em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2017). É professora Adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e leciona na Faculdade Mineira de Direito (FMD) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Direito Privado. Tem experiência em Contratos, Sucessões, Família, Responsabilidade Civil e Direito das Coisas. Coordenadora da pós-graduação em Regularização Fundiária e em Direito 4.0: estratégias com Inteligência Artificial no IEC, PUC Minas. É Coordenadora de Eventos na PUC Minas, Unidade Praça da Liberdade. É associada do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). É integrante da Comissão de Responsabilidade Civil da OAB/MG. Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Autora de artigos científicos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5397-3509>.

Dennis Verbicaro

Pós-Doutor (*Visiting Scholar*) na Universidad Complutence de Madrid (UCM) e Universidad de Salamanca (USAL). Doutor em Direito do Consumidor pela Universidad de Salamanca (USAL). Mestre em Direito do Consumidor pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Graduação e da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Procurador do Estado do Pará. Advogado. E-mail: dennis@verbicaro.adv.br.

Gabriel Hamester

Doutorando e Mestre em Direito pela PUCRS (Bolsista CAPES). Especialista em Direito do Consumidor pela Universidade de Coimbra. Professor da Pós-Graduação da PUCRS. Diretor da CJA/RS, Membro da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/RS e OAB/SP. Coord. do Grupo de Estudos em Direito do Consumidor – ESA OAB/RS. Pesquisador CNPq vinculado à UFF-RJ no grupo de pesquisa A Proteção da Pessoa Humana na Sociedade da Informação. Membro Titular do IBERC. Membro Titular do BRASILCON. Advogado inscrito na OAB/RS nº 119.233. E-mail: gfragahamester@gmail.com.

Gabriela Buarque

Advogada. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenadora no GT de Inteligência Artificial e Novas Tecnologias no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). Secretária-Geral da Comissão de Inovação, Tecnologia e Proteção de Dados da OAB/AL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9418-241X>. E-mail: gabrielabuarqueps@gmail.com.

Geraldo Frazão de Aquino Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Graduado e Mestre em Direito e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Gustavo Simões Pioto

Tabelião de Notas e Protesto de Títulos em Goiás. Especialista em Direito Processual Civil pela UNIVEM – SP. Especialista em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Ibmec – SP e Instituto Damásio de Direito. Mestrando em Direito. Pós-graduando em Direito Imobiliário. 1º Secretário do Colégio Notarial do Brasil – Seção Goiás. Membro do IBDFAM, IBDCivil e IBRADIM. Advogado entre 2000 e 2009 / 2011 e 2014. Assistente do Ministério Público de Goiás entre 2009 e 2011.

Henrique Silveira Nogueira

Especialista em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil pela EMERJ. Pesquisador – Grupo de Estudos de Direito do Consumidor/IDP.

Izaac Duarte de Alencar

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil. Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil. Professor de Ciência da Computação no Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL), Maceió, AL, Brasil. Advogado e Analista de Sistemas em Maceió, AL, Brasil. *E-mail*: izaac.alencar@fda.ufal.br.

Janaina Vieira Homci

Doutoranda e Mestra em Direito pelo PPGD-UFFA. Especialista em Direito aplicado aos serviços de saúde – Estácio. MBA em Direito Civil e Processo Civil pela FGV Rio. Pesquisadora (CNPq) vinculada ao Grupo de Pesquisa “Consumo e Cidadania”. Professora Universitária da Faculdade de Direito da UFFA e FEAPA. Advogada. *E-mail*: janainanasvieira@gmail.com.

Jhêssica Ferreira dos Santos

Graduanda no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (5º ano). Membro do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (Grupo Virada de Copérnico).

José Henrique de Oliveira Couto

Mestrando em Direito pela UFU. Bacharel em Direito pela UFU. Advogado no escritório Attie, Brito e Bastos Advogados Associados. ORCID: orcid.org/0000-0002-1941-7143. *E-mail*: juridico@jadogados.com.br.

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP/Largo de São Francisco. Doutorando em Direito, na área de estudo Direito, Tecnologia e Inovação, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Especialista em Direito Digital. Advogado. Professor.

Joseane Suzart Lopes da Silva

Promotora de Justiça do Consumidor do Ministério Público da Bahia. Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Pós-Doutora pelo Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra. Diretora do BRASILCON de apoio ao Ministério Público. Supervisora Científica do Projeto de Extensão Universitária ABDECON/FDUFBA.

Marcelo de Oliveira Milagres

Professor Associado de Direito Civil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desembargador no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4007-6416>.

Nelson Rosenvald

Parecerista e Advogado inscrito na OAB/MG. Sócio de Rosenvald Advogados. Possui Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004), Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007), Pós-Doutorado em Direito Civil na Universidade Roma Ter, Itália (2011) e Pós-Doutorado em Direito Societário pelo Universidade de Coimbra (2015). *Visiting Academic* na Faculdade de Direito da Universidade de Oxford no período de 2016 a 2017. Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade Carlos III de Madrid (2017). Atualmente, é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do IDP/DF. Ex-Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Marcos Ehrhardt Jr.

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1371-5921>. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

Patrícia Corrêa Sanches

Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais. Docente na Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ e nos Cursos de Pós-Graduação do IBDFAM, PUC-PR e ESA-SP. Presidente da Comissão Nacional de Tecnologia do IBDFAM. Advogada e encarregada de dados e privacidade na Pellon & Associados Advocacia.

Ricardo Morishita Wada

Doutor em Direito pela PUCSP. Professor de Direito/IDP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9358-4038>.

Ricardo Schneider Rodrigues

Professor de Direito do Centro Universitário Cesmac (Graduação e Mestrado). Pós-Doutorando pela EACH/USP e Doutor em Direito (PUCRS). Integrante do Grupo de Pesquisas Direito, Contemporaneidade e Transformação Social (Cesmac). Integrante do Grupo de Pesquisas SmartCitiesBr (USP). Procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0856-4161>. *E-mail*: prof.ricardo.schneider@gmail.com.